



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1980

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Domício Scaramella, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacii, Adalberto Daros, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, David Federmann, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gerônimo Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Wilson Fortes (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Dácio Leonel, David Cheriegate, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fiori Luiz, Palácios, Paulo Camargo, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer, Leônidas Chaves, Gilberto Agibert Filho (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Casa de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIAS SCALCO, ocorrido no dia 05 de julho de 1980, na cidade de Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1980.

a) DENI SCHWARTZ

Apoiamento: NILSO SGUAREZI e TRAJANO BASTOS
JUSTIFICATIVA:

O Sr. Elias Scalco, após casar-se com a Sra. Adele Zanotto, fixou sua primeira residência no Município de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul, onde dedicou-se a atividades agrícolas e comerciais. Posteriormente, foi fundador da Cooperativa dos Agricultores de Bela Vista, Distrito de Veranópolis, também naquele Estado.

Em 1939, mudou-se para Guaporé - RS, onde organizou o primeiro Serviço de Armazenagem e Consignações do Município de Guaporé e participou na fundação do Frigorífico Planalto de Guaporé.

Na atividade política, foi fundador do PTB naquele muni-

cípio, tendo sido seu presidente nos anos entre 1946 e 1955.

Em 1956, foi eleito Prefeito Municipal de Guaporé, pelo PTB e, após cumprido o mandato em 1960, foi eleito Vereador para o quadriênio seguinte, não tendo completado o mandato em função da transferência de sua residência para Francisco Beltrão.

Em Francisco Beltrão, organizou a primeira olaria do município, na Linha Piedade.

Em 1965, juntamente com 50 agricultores, fundou a Cooperativa Mista de Francisco Beltrão Ltda., tendo sido seu gerente até o ano de 1977.

Deixa ao falecer, os filhos Euclides Girolamo Scalco, casado com Terezinha, hoje Deputado Federal pelo PMDB e Gerônimo Scalco casado com Elise, além dos netos Prisca, Paulo, Carlos, Priscila e Emília.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem SAID FATUCH NETO, ocorrido hoje, em Curitiba.

Há momentos na vida em que as palavras não conseguem dizer tudo o que deveriam. Hoje estamos vivendo este dia, este momento. O Senhor (Cristo) o chamou para junto de si. Foi cedo demais para nós, mas talvez já no tempo previsto para o nosso "Chefão". Hoje o sofrimento fala bem mais alto do que as simples palavras. Na verdade ninguém morre enquanto permanece vivo no coração de alguém. A família enlutada, nossos sentimentos. Contem com minha presença e minha prece em sua dor.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1980.

a) MÁRIO CELSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Hosken de Novaes, DD, Governador do Estado, apelando no sentido de que Sua Excelência conceda um abono de emergência em torno de, pelo menos 40% ao funcionalismo público do Estado dos três poderes, incluindo magistério e inativos tendo em vista a defasagem sofrida nos seus vencimentos pela alta do custo de vida que atinge nesses doze meses o percentual aproximado de 115%.

É de ponderar que essa concessão é perfeitamente suportável pelo erário estadual, considerando-se que a alta do custo de vida reflete na elevação da arrecadação do Estado através do ICM que aumenta na mesma proporção a que aumenta o custo de vida, enquanto os vencimentos permanecem estáticos.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1980.

a) LINEU TURRA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 103/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1980.
a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Ninguém poderia afirmar, nem muito menos prever que um menino pobre, nascido num vilarejo esquecido, perdido no mapa desse nosso Brasil tão grande, filho de humildes sitiantes de Picuí, na Paraíba, um dia nos aparecesse como um grande cidadão prestante da Pátria, portador de uma mensagem corajosa e patriótica que, ainda moço, teve seu coração e inteligência despertados, no alvoroço de um sonho que fez a mais esplêndida realidade. FELIPE TIAGO GOMES nasceu em 1.º de maio de 1922, o menino de ontem; menino pobre; o cidadão de hoje, cidadão pobre.

Já o chamaram de bravo e ousado mosqueteiro; já o disseram, muitas e muitas vezes, idealista e sonhador, irmão gêmeo dos poetas; já descobriram nele a seiva sagrada da pré-destinação; afirmaram-no apóstolo.

Conhecendo-o, como o conhecemos, já o tendo ao nosso lado, quando aqui chegava para lançar a semente de sua campanha, temos nele um homem simples e tímido, humilde e bom, cheio de fé na sua idéia, fugitivo da glória efêmera, infenso às lantejoulas das honrarias, das fulgurações. Como uma ostra que guarda em si a riqueza da pérola nacarada, ele guarda em si seus sentimentos e, podendo alçar-se, como uma águia, aos píncaros mais altos, soberana e altiva, ele prefere não voar e contenta-se em viver na planície, entre seus semelhantes, deles aprendendo as lições da vida e amando enternecidamente a juventude de sua Pátria.

Em 1949, chegou no Paraná. Tendo criado o seu primeiro ginásio, em Recife, o GINÁSIO CASTRO ALVES, da Campanha do Ginásio Pobre, para os comerciários, balconistas, engraxates, gente do povo que não podia nem pensar em estudar, pois não tinham com que pagar as taxas e mensalidades escolares, FELIPE TIAGO GOMES ainda não contente, como um bandeirante, saiu pelo Brasil afora, num roteiro de luz, pontilhando nosso Território Pátrio de escolas e mais escolas, como se sacudisse, com suas mãos pródigas de graças, estrelas e mais estrelas iluminando os céus do Brasil. Pregava seu catecismo de fé nas virtualidades iminentes do Povo; confiava, no seu credo, como um apóstolo, e afirmava que a educação era um direito de todos e não um privilégio de ricos. Falava e ouvia. Pediu atenção e compreensão. Inquebrantável, na sua fibra de cavalheiro andante nordestino, trazia, a incendiar-lhe a alma, o calor e inclemência de seus nordeste calcinado e heróico; encorajava seu espírito a luz do sol dos campos nordestinos. E seu amor ao Brasil, a certeza de seus ideais e idéias, o dirigi, sem desesperos, porque ele era a esperança. Não agitou; não gritou rebeldias. Tranquilo e forte, consciente, viu-se e é um líder do maior movimento educacional do Brasil, e talvez do mundo.

O Paraná teve dele o mais destacado apreço. Não foi só uma meta, um ponto de apoio; uma tranqüila parada no seu caminhar. Diante dele, Estados e outros Estados o chamavam. Aqui, contactou com os irmãos LINCOLN DA CUNHA PEREIRA e FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO que já tinham conhecimento da CNEC, em Pernambuco. E assim foi criado o segundo educandário Cenecista: o GINÁSIO PROFESSOR JOÃO CÂNDIDO, no bairro curitibano de Água Verde.

Felipe foi incansável, e com energia dos pioneiros iniciou a interiorização do ensino. Viajou, dias e dias, pelo interior, despertando o entusiasmo das comunidades, pregando a filosofia da sua CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, fundando no início da década de 50, unidades escolares nos Municípios de Santo Antônio do Caiuá, Bom Sucesso, Guaíra e outras localidades. O Paraná adolescente e sôfrego de progresso era um Estado ainda difícil. Não

havia traçado, ainda, seu plano rodoviário. Estradas péssimas. Mas nem as intempéries, nem as mil dificuldades de pousadas e de caminhos, nada era problema para quem, acendido em sua fé, e escudado em seu ideal, tinha que vencer e venceu.

Graças a este caminheiro do sonho, graças a FELIPE TIAGO GOMES a CNEC do Paraná acha-se instalada em 86 municípios paranaenses com 135 estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e, ainda recentemente, em co-participação com as Prefeituras de Toledo e Marechal Cândido Rondon fundou nessas cidades cinco cursos de nível superior.

No Brasil, a CNEC está instalada em 1.050 municípios, com 1.400 unidades escolares de primeiro, segundo e terceiro graus, com mais de 475.000 alunos e é considerada a maior rede educacional da América Latina, e quiçá do mundo, como unidade de ação unificada, e em cuja sombra aprendem a viver jovens que, sem a CNEC, não poderiam almejar um futuro mais promissor.

Sempre presente nas áreas mais carentes, mão estendida aos governos, respondendo às aspirações de comunidades grandes e pequenas, a CNEC é um atestado de trabalho patriótico, e não se há de esquecer que o seu fundador e, hoje, seu Superintendente, se tem merecido o título de cidadão de quase todos os Estados brasileiros, vem de nos merecer a mesma gratidão, e ele nada nos pede, nem pediu, senão a nossa compreensão, nosso respeito, nossa gratidão.

Sinto-me feliz em apresentar aos meus Pares, o projeto pelo qual, o Paraná reconhece os relevantes serviços desse Cidadão do Mundo, daquele que, deu de presente ao Brasil uma vida inteira de dedicação, de amor, e que é — sem dúvida — uma força para que nos realizemos educacionalmente, povo e poderes públicos de mãos dadas para promoverem a educação democrática.

Tendo como sua base estrutural as comunidades, a CNEC assegura a grandeza de si própria, sendo modelo nosso, nacional, que ao lado da ESCOLA ESTATAL e da ESCOLA PARTICULAR, delas se distingue e atua, sem rivalidades, não sendo competitiva. Se ao Governo é a Escola a obrigação constitucional e a limitação do erário; se a Escola Particular, do investimento, busca, com justiça, o lucro; nossa escola cenecista, dá a educação pelo preço de custo, sem visar lucro. Seu sistema promove ensino pelo custo e assegura aos desprovidos de recursos prioridade na matrícula reafirmando, na prática, a letra de seus estatutos.

Que o Paraná, pois, reconheça a grandeza desse cidadão e que, tendo olhos para ver, veja que nosso Estado é satisfeito de muito pelo que necessitávamos, na área da Educação. O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente e Srs. Deputados. São realmente impressionantes os esforços dispensados por este Governo, em querer se popularizar ou, pelo menos, aparentar popularidade.

Há alguns dias, o Ministro da Secretaria da Comunicação, Saíd Farhat, divulgou com muita satisfação e orgulho o resultado parcial de uma pesquisa encomendada por aquela pasta, na qual foram ouvidas centenas de pessoas em algumas capitais brasileiras, sobre a situação e a política do Governo João Figueiredo.

Segundo a pesquisa, mais de 60% dos ouvidos, — e entre eles não estávamos nós, nem amigos nossos, nem pessoas conhecidas — mas mesmo assim, a grande maioria, volta a frisar, declarou acreditar na atual política do Presidente em exercício.

Mas, quase a mesma percentagem dos ouvidos nessa pesquisa, não acredita no atual ministério, nos auxiliares diretos do Presidente, em sua difícil caminhada rumo à redemocratização, e à normalização da vida brasileira, em seus mais diversos aspectos e setores deste Governo.

Realmente não dá para crermos nos atuais ministros, porque, na qualidade, ou na realidade, eles representam o protótipo do tecnocrata anti-político, anti-povo, e anti-popular. Desconhecem a miséria pela qual passa o trabalhador, o operário, mas, não deixam de dar suas "canetadas", decretando, a cada dia, a falência dos mais desprivilegiados.

Mas, é através deste Governo e do seu modelo econômico, contando com a subserviência do atual Ministério, que vemos a cada dia, diminuir o espaço no corredor já contraído, da aquisição de bens gerais e do direito do povo, em sobreviver com o mínimo de dignidade, confiança, e esperança num futuro melhor.

Ainda nos resta saber quais os itens totais, constantes desse questionário de pesquisa. Mas, até lá, já sabemos que a própria Secretaria de Comunicação tem conhecimento de que o povo não crê mais no atual Ministério, nos atuais auxiliares do Presidente, e este deverá levar em consideração a voz do povo, apesar desta voz não representar democraticamente a verdade, por temor do próprio Governo quando ainda mantém firme a decisão de que o povo não pode escolher os seus governantes.

É impossível esperar dos governados confiança, quando os próprios governantes não confiam no voto direto.

E aqui lembramos, para finalizar, Sr. Presidente, de que não adianta somente haver a simples substituição de Ministros, por outros Ministros.

É preciso uma mudança do sistema e do regime, e isso só se fará com a participação do povo, e através da escolha popular dos seus representantes, caso contrário o espetáculo continuará arrastando o povo e a Nação a caminhos cada vez mais estreitos e insuportáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidecino Tolentino. — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 09 de maio, próximo passado, encaminhei à Mesa, requerimento, que foi devidamente aprovado pelo Plenário, à Diretoria da Polícia Civil, buscando algumas informações a respeito de dois crimes que ocorreram em Londrina: o primeiro no ano de 1973, e o segundo em 1975.

Peço permissão para ler o requerimento para que a Mesa Executiva e os nobres companheiros possam melhor compreender o porquê do nosso retorno a esta tribuna para manifestar o nosso posicionamento a respeito.

(Lê): "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

Súmula: Requer informações ao Diretor da Polícia Civil.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente, com URGÊNCIA, ao Ilustríssimo Senhor Diretor da Polícia Civil, solicitando as seguintes informações:

1 — Qual o Delegado que, atualmente, se acha responsável pelas investigações do crime que vitimou as duas irmãs japonesas, ocorrido na cidade de Londrina, no dia 07 de agosto de 1973?

2 — Há quanto tempo esse Delegado está designado para tais funções, e o que o mesmo tem feito no sentido do esclarecimento do mesmo?

3 — Qual o número do ato designatório bem como a data da sua expedição?

4 — Qual a fase em que se encontra e, qual o Delegado que está presidindo e o que tem sido feito, para esclarecer o crime que vitimou a menor "ELIZABETE" ocorrido no primeiro semestre de 1975, no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina?

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Os crimes acima mencionados, ocorridos na cidade de Londrina, há muitos anos, até agora não foram esclarecidos. As causas desse silêncio, desconhecemos. O que não justifica é a inércia da polícia civil, diante de crimes violentos, como os acima mencionados. O mistério que envolve ambos os crimes, tem em muito, desgastado a imagem da polícia civil do Paraná. O Sr. Diretor da Polícia Civil, em conversa que mantivemos, há algum tempo, prometeu providências, e, até agora nada de concreto. Será que o mesmo está incorrendo nos erros e omissões que os Delegados responsáveis pelo esclarecimentos de tais crimes cometeram e continuam a incorrer. Não é possível. O povo de Londrina espera que as autoridades responsáveis acordem do sono da inoperância ou quem sabe do desinteresse."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta semana recebi um ofício oriundo da Secretaria de Segurança Pública, assinado pelo Secretário de Segurança em exercício, Raul de Rezende Filho, onde diz encaminhar uma informação prestada pelo delegado Durval Simões. Essa informação não recebi.

Agora, analisando cuidadosamente esse pedido, cotejando a data de seu encaminhamento à Mesa Executiva, com a data de um despacho que consta do ofício que o Secretário de Segurança, em exercício, encaminhou a esta Casa, cheguei às seguintes conclusões:

Primeiro: que, com referência ao crime que vitimou as duas irmãs japonesas Alice e Mitiuca Uano, uma delas grávida, no dia 07 de agosto de 1973, na cidade de Londrina, até agora a Polícia Civil, além de não ter feito nada para esclarecê-lo, nem sequer se dignou em prestar informações a esta Casa através deste Pedido de Informações que foi aprovado por unanimidade.

Segundo: com relação ao crime da menor Elizabete — de 17 anos — morta, seviciada com requintes da maior perversidade possível — eu vi o seu corpo no Instituto Médico Legal de Londrina — o que a polícia fez, foi, com base no nosso Pedido de Informações, designar novamente o Delegado Durval Simões para presidir, em caráter especial, por este inquérito. Porque, segundo o despacho, consta a data de 26 de junho de 1980, e o nosso pedido foi a 9 de maio de 1980.

A polícia continua, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dormindo o sono da inoperância, da omissão, da negligência. Quando eu falo em polícia, denuncio, exponho a minha vida para mostrar ao Paraná, a inoperância, a inércia, a omissão, o desinteresse das autoridades, eu falo com conhecimento, porque não é possível, Sr. Presidente, que eles possam se omitir a um Pedido de Informações aprovado por unanimidade, por este Poder. ou a Secretaria de Segurança Pública é incompetente, ou ela é incompetente através de seus dirigentes, ou estão agindo com a mais absoluta má fé e desrespeito a este Poder que aprovou os Pedidos de Informações. Da forma como está, eu me recuso a receber as informações. Eu apelo a Vossa Excelência e à Liderança do Governo, para que interceda junto à Secretaria de Segurança Pública, para que fatos como este não mais se repitam.

Eu sempre volto a falar em polícia, em segurança, em crimes insolúveis, porque enquanto continuar esta omissão, eu não me calarei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Constituição do Estado diz que, substituirá o Governador, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á na vaga, o Vice-Governador.

Sr. Presidente, nós lamentamos profundamente o afastamento do Sr. Ney Braga do Governo do Estado nas condições em que se deu, isto porque, humanamente nós não desejamos uma situação dessa, apesar da nossa oposição política ao atual

Governo do Estado e também não somos responsáveis pelo processo de investidura, assim como do Governador Ney Braga, assim também, do Vice-Governador.

Agora Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nós estranhamos e o constrangimento que vem sendo criado para o atual Governador Sr. Hosken de Novaes no exercício do cargo, e exatamente pela área que, nós percebemos, oficial, naturalmente, quem está ligado à política do Sr. Ney Braga. Porque nós verificamos constantemente, declarações nos jornais e insistentes, feitas por pessoas ligadas à área política do Sr. Governador Ney Braga, como atribuídas a ele próprio como: "voltarei já, o mais breve possível estarei no cargo". Ora! Sr. Presidente, isto demonstra que existe uma total falta de confiança na pessoa do Sr. Hosken de Novaes para o exercício do cargo.

Ora, se ele foi escolhido para Vice-Governador, já se poderia prever por aqueles que o escolheram, de que eventualmente ele teria que assumir as funções de Governador como assumiu nesta emergência e nós acreditamos que isto esteja criando uma situação de constrangimento pelo atual Governador, como até, perturbando a condução dos negócios do Estado. Porque demonstra, parece-me até, um desespero de alguém que não é da oposição, pela presença do atual Governador Hosken de Novaes no exercício do cargo ou a possibilidade, até temos conhecimento, da possibilidade do Sr. Ney Braga não voltar mais para o exercício do cargo de Governador.

Nós desejamos que volte, desejamos que tenha breve restabelecimento, fazemos voto pela sua saúde e já o fizemos antes através de telegrama que enviamos ao Sr. Ney Braga. Mas, o que nós não concordamos e para o bem do Estado do Paraná, é que se esteja fazendo esse tipo de pressão e criando esse constrangimento ao atual Governador, perturbando até, a administração do Estado.

E, quero também aproveitar a oportunidade acreditando na sensibilidade do Sr. José Hosken de Novaes, que no exercício do cargo possa atender a uma solicitação que hoje fazemos através da Casa e pedimos também o apoio dos Nobres Pares, no sentido de que se conceda a todo o funcionalismo do Estado e aos servidores do Estado dos 3 Poderes, inclusive ao professorado, aos inativos, um abono de emergência para que tenham os seus vencimentos pelo menos mais aproximado das suas necessidades tendo em vista, a alta galopante do custo de vida que hoje já atinge a mais de cento e quinze por cento nesses treze meses anteriores.

De forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados que nós queríamos deixar aqui a impressão que expusemos com relação a esses fatos que estão ocorrendo e esperar também que quanto ao nosso requerimento, esta Casa se pronuncie favoravelmente.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de hoje divulga o resultado de uma pesquisa de um instituto especializado, em que não se aponta o melhor Governador do Brasil, mas pelo contrário, se aponta o pior ou seja, inverteu-se atualmente a razão da pesquisa, não se busca encontrar o melhor mais sim, busca-se encontrar o pior.

E, é até muito irônica para o Estado de São Paulo, a manchete, porque coloca o Governador Maluf como o segundo pior. Nem no curso de ruindade, Maluf conseguiu o primeiro lugar, que para a tristeza dos catarinenses ficou com o Sr. Governador de Santa Catarina.

Acho bom registrar uma crônica que fizemos sobre o assunto:

"PESSIMUS INTER PESSIMOS"

Logo no início da implantação do regime fecundado pelo golpe de 64, ouvi alguém dizer: "Prefiro, na Presidência ou à frente de qualquer função eletiva, o pior cidadão, desde que eleito pelo povo, que o melhor, alçado ao cargo pela imposição de uns poucos".

O tempo encarregou-se de cobrir de razão, o profético autor da frase.

A imprensa brasileira, mesmo ameaçada, inaugurou um novo marco em sua história. Frustrada pela dificuldade em divulgar o melhor entre os melhores ou o "primus inter pares", inovou-se. Aponta agora, o pior entre os piores.

Aliás, esta prática reveste-se de total sinceridade.

É sabido que, tal qual nos falidos concursos de beleza, enormes somas são distribuídas pelos candidatos à posição de "primus", como fórmula para se atingir o objetivo.

Dou um exemplo: a prática assemelha-se à utilizada por algumas empresas picaretas que exploram o ramo da preferência pública, vendendo artísticos "diplomas" às firmas consagradas em suas nunca realizadas pesquisas. Já ví boteco de ponta de rua, ostentando em suas paredes, todo emoldurado, um desses carnavalescos diplomas de consagração pública.

Conhecem-se casos registrados em Casas Legislativas, onde parlamentares pagaram elevadas quantias para serem agraciados com o título de "Deputado do Ano".

Aliás, não só nos meios políticos isto acontece. Também nos meios empresariais, sociais, desportivos e similares. Neles abundam os empresários do ano, os desportistas, os diretores de clubes do ano.

Não é como na escola, onde o aluno se bate para ser o melhor da classe, uma posição que é auferida de maneira muito séria, com o quociente obtido através das somas das notas recebidas durante os exames realizados no correr do ano letivo.

Semana passada, o Instituto Gallup, contratado pela própria Presidência da República, pesquisou e disse ao povo que o general-presidente estava "assim, assim" junto à opinião pública nacional, enquanto seu ministério recebia total desaprovação.

Se acontece isso "num País sério", o fato seria encarado como um "aviso prévio", ou então, como uma ordem para "pegar o boné".

Nos jornais de hoje, o mesmo instituto de pesquisas de opinião pública oferece uma visão conjuntural que dá toda força ao brasileiro citado no início, aquele que manifestou sua preferência por quem disputa democraticamente, através das urnas, o respaldo da comunidade.

A ordem veio inversa, mas mesmo assim não alterou os fatores, obedecendo a tão conhecida como indiscutível regra.

O "rol dos culpados", aliás, mesmo em ordem invertida, foi estampada de forma correta em relação ao quadro que aí está.

Resumindo: nominou-se o pior, depois o quase-pior, a seguir, o quase-quase-pior, seguindo nessa escala até chegar ao quase-quase-quase-quase-pior ..., atingindo o grau zero da prioridade, alinhavam-se os não tão piores.

Mas o pior de tudo isso é que os piores continuam, alheios aos seus já divulgados graus de prioridade. Deveriam fazer como o jogador de futebol que, numa partida, se auto-observando que não vai lá bem das pernas, chama o técnico durante o intervalo e dizendo que está machucado, pede para deixar o gramado, ou como o conviva de uma festa que, notando que sua presença não está agradando, diz à roda que precisa visitar a sogra num hospital, veste as luvas, a cartola e o fraque e escafa-se.

Por outro lado, é difícil aquilatar, dentre as diversas safras de governantes que se hospedaram nos palácios das Capitais de seus Estados, por benesse do Sistema a quem servem

(ou deservem) tão idolatradamente, qual a pior de todas.

Esperemos mesmo sentados, que em 82, com a realização de eleições diretas, tudo volte a ser como dantes no reino de abrantes e que o Gallup entre em pane para divulgar o melhor entre os melhores.

Vai ser uma empatação...

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, esta Casa registra com satisfação a presença do Deputado Federal Hélio Duque, bem como do Vereador por Antonina, Sr. Ironaldo Pereira de Deus.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reiteradas vezes, principalmente a oposição, tem vindo a esta tribuna, para trazer denúncias, postular reivindicações, equacionar entendimentos entre o Estado e os cidadãos. É que no Estado autoritário que há 16 anos pelo menos, vive o Brasil, Sr. Presidente, tem-se colocado na ordem das prioridades, obras suntuosas e suntuárias e para que elas sejam realizadas, muitas delas seriam dispensáveis na quadra em que vivemos. Entretanto, Sr. Presidente, muitas delas de caráter absolutamente compreensível como sendo de prioridade. Por exemplo, certas usinas e muitas das estradas e rodovias pavimentadas.

Temos visto que o Estado do Paraná tem sido das mais injustiçadas unidades da federação, com expropriação de suas mais férteis terras, sobretudo as terras do Oeste do Paraná. E quem sofre diretamente com essas expropriações? Aqueles paranaenses ou paranistas que trabalham no dia-a-dia, no sol-a-sol, na enxada e agora de trator, para cultivar, para produzir, para equacionar riquezas, para auferir divisas para os cofres públicos e esses, os colonos são os que pagam o preço deste progresso, destas chamadas "prioridades governamentais" que descrivelmente abusam dos munus públicos dos mandatos, para os quais não foram eleitos e sacrificam as famílias que mais contribuem para o desenvolvimento.

É o caso de Itaipu, de Osório, de Santiago, de Areia e de tantos outros e agora também, já no programa do Governo, de Ilha Grande, próximo a Guaíra e Altônia.

Mas quero me referir, Sr. Presidente, especificamente, ao caso das estradas e de uma forma muito peculiar, a estrada PR que liga Santa Tereza, no Município de Cascavel, às Barrancas do Rio Iguaçu, que deveria ter alcançado o Município de Realeza e que até agora não foi possível por falta alegada de verbas.

Sr. Presidente, venho aqui nessa tribuna mais uma vez, denunciar o Departamento de Estradas de Rodagem que tem feito acerto com alguns colonos, sobre tudo nas vésperas das eleições, para atribuir a alguns apadrinhados, os lucros das urnas. E esses colonos ainda não receberam as indenizações das propriedades que lhes pertenciam, naquela oportunidade. Muitos deles proprietários de pequenas chácaras, há mais de um ano, fizeram acordo com o DER e até agora, não foram indenizados. Muitos e inúmeros casos, já tenho falado desta tribuna - e quero alertar as autoridades deste setor, que em poucos dias, nós faremos, lá na região, sobre tudo em Cascavel, uma reunião com todos aqueles que voluntariamente desejarem fazer um movimento talvez não em proporções de Itaipu mas próximo, para trancarmos a estrada, para que o Estado possa pagar na base da pressão o dinheiro e a indenização da expropriação a que foram vítimas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Escutamos com atenção o pronunciamento do ilustre Deputado Nilso Sguarezi.

Nós, dentro da humildade, dentro dos parâmetros da nossa orientação, dentro do tirocínio humilde de nossa terra e de nossa gente, queremos discordar, neste instante, ao ouvir um pronunciamento de um eminente companheiro, amigo, embora cada um faça parte de uma facção política, quando vem falar sobre os homens do PDS, homens que, como ele, procuram defender o bem-estar de sua terra e de sua gente; os homens que estão, como está também o Governador Hosken de Novaes, olhando pelo Paraná, olhando pelo seu Líder supremo do Paraná, que é Ney Braga; olhando pelo Líder que lutou pelo Paraná e pela sua gente; olhando pelo Líder que foi Jayme Canet Júnior, e que há de voltar para o Governo do Estado, pela vontade da maioria do povo paranaense.

E é neste instante que não podemos nos calar; é neste instante que precisamos falar desta tribuna, que Hosken de Novaes, Ney Braga e Jayme Canet são homens que estão trabalhando sem mordomia, estão trabalhando pelo bem estar de seu Estado e de sua gente, embora façamos parte de um Partido com o nosso Governador Jayme Canet Júnior, o homem que mudou a fisionomia geográfica do Paraná, dando estradas e o corredor de exportação para o nosso Estado e para o grande Porto de Paranaguá.

Não podemos nos calar, não podemos ouvir as balelas do pessoal da oposição, que nada têm a oferecer, que nada têm a dar, só a criticar. E é neste instante que pedimos aos nossos colegas da oposição, que basta de intrigas, que neste momento difícil que o Estado do Paraná e o Brasil atravessam, vamos nos unir, vamos nos dar a mão, e vamos pedir a Deus que haja harmonia entre os Poderes constituídos do Legislativo e o Executivo, e aguardamos a volta de Canet Júnior, em 82, e a harmonia com Ney Braga e Hosken de Novaes.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Encerrado o Pequeno

Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por reiteradas vezes, no primeiro semestre deste ano, ocupamos esta tribuna para reclamarmos e defendermos a realização das eleições municipais que estão marcadas constitucionalmente para 15 de novembro.

Estamos seriamente preocupados de que o povo poderá, mais uma vez, ser roubado em seus direitos, se os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores forem prorrogados por dois anos, como preconiza a emenda Anísio de Souza, se a mesma for aprovada pelo Congresso Nacional.

Após a aprovação do Estatuto dos Estrangeiros, por decurso de prazo, na Câmara Federal, onde pudemos sentir que a docilidade da maioria congressual avalisou, mais uma vez, os poderes supra ditatoriais do sistema implantado em 64, nos leva a crer que essa docilidade, com raras exceções - as quais pudemos observar na votação do Estatuto dos Estrangeiros - será, mais uma vez acionada e a prorrogação será fatalmente efetivada.

A nossa preocupação, conforme desta tribuna já dissemos, é que, no Paraná, os prefeitos, eleitos em 1.976, com raras e honrosas exceções, foi a pior fornada de prefeitos eleitos da história do Paraná, com alguns, inclusive, misturando seus bens com os bens públicos.

Em 23 de outubro de 1.979, viemos a esta tribuna para registrar denúncia formulada pelo Ministério Público da Comarca de Barbosa Ferraz, contra o Sr. Odílio Balbinotti, Prefeito daquele município, pelas irregularidades praticadas pelo mesmo, à frente do Executivo Municipal.

Acontece que, na oportunidade, fomos contestados que aquelas denúncias haviam sido embasadas em documentos não hábeis. E que assinaturas haviam sido apanhadas, em folhas e branco, de funcionários daquele município. Documentos que embasaram aquela denúncia, cujo processo tramita ainda por aquela comarca.

Ocorre que, hoje, mais uma vez ocupamos esta tribuna, para trazermos ao conhecimento dos Srs. Deputados fatos novos em relação à administração que faz o Sr. Odílio Balbinotti, em Barbosa Ferraz, o qual como os fatos demonstram, vem abusando do poder para seu enriquecimento ilícito, dado a malversação do dinheiro público.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que queremos deixar aqui registrado não é um documento que poderá ser argüido de que foi assinatura em papel em branco, de um funcionário daquela Prefeitura e que não teria sido a realidade.

O que hoje queremos registrar é uma declaração pública que faz o Sr. Luiz Paiola, que compareceu no Tabelionato Monteiro, naquele município, no dia 04 de julho de 1980, cuja declaração foi lavrada no Livro 37, páginas 406 a 409, e declara: (Lê):

"ESCRITURA DE DECLARAÇÃO PÚBLICA, QUE FAZ LUIZ PAIOLA, COMO ABAIXO SE DECLARA:—

S A I B A M, quantos esta escritura de declaração pública virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e oitenta (1980), aos quatro (4) dias do mês de julho, do dito ano, nesta cidade e Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim, Tabelião e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, compareceu o Sr. LUIZ PAIOLA, brasileiro, solteiro, maior, do comércio, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Identidade RG. n.º 834.296-PR; conhecido como o próprio de mim Tabelião e das testemunhas referidas, do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, por ele declarante me foi dito que: 1) Que tem conhecimento que o Sr. Prefeito Municipal Odílio Balbinotti, está sendo processado criminalmente, por desvio de material pertencente ao município, e tendo conhecimento de outras irregularidades que são as que abaixo declara, a bem da verdade o que segue: a) Que, foi administrador e Gerente da firma Cerealista Barbosense Ltda., e esta é proprietária do caminhão placa n.º EB-07060 deste município, cujo veículo efetuava transporte de materiais adquiridos pelo município, sendo que quando o veículo aqui chegava, parte desse material que era adquirido para o município, era descarregado na Cerealista Barbosense Ltda., e por esta usado em suas construções, ou melhor esclarecendo, nas construções particulares do Sr. Odílio, digo, Sr. Odílio Balbinotti, Prefeito do Município, sendo que o material foi usado na construção do prédio da Cafeteira Barbosense Ltda. Esclarece ainda que o material era recebido e usado sem limites nas construções particulares do Sr. Prefeito. Esclarece ainda, que vários caminhões da Cerealista transportaram material para o município e descarregavam também parte do material na Cerealista do Sr. Odílio Balbinotti. Que o declarante sabe que o material foi usado e nunca teve conhecimento que foi devolvido para o município, que os motoristas não sabiam como era efetuado o desvio do material, uma vez que não sabiam em nome de quem fora comprado o material; que o material era comprado com cheques da Cerealista Barbosense Ltda., e posteriormente cobertos com cheques da Prefeitura Municipal, cheques estes da Agências do Banestado nesta cidade, que os cheques emitidos pela Prefeitura ora saíam em nome das firmas vendedoras do material, ora em nome dos motoristas da Cerealista Barbosense Ltda., e ora em nome da própria Cerealista Barbosense Ltda.; sendo a mecânica de pagamento legal, só existindo mesmo o desvio de ma-

terial, que era comprado com dinheiro do município e usado pela pessoa particular do Sr. Prefeito Municipal em suas construções.— 2) Que, a firma F. Genani, que efetuou a iluminação da Av. Presidente Kennedy nesta cidade, cada vez que o município efetuava o pagamento de uma parcela, a firma F. Genani DEVOLVIA ao Sr. Odílio Balbinotti, a importância média entre Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) cuja importância vinha nas mãos do Sr. Odílio Balbinotti, em moeda corrente no País, saques estes que eram efetuados junto à Agência do Banco do Estado do Paraná de Londrina; que, sabe ser da Agência do Banestado devido o ticket que vinha no dinheiro, e que o Sr. Prefeito Municipal obrigava tirar a etiqueta e mandava depositar o dinheiro na conta da Cerealista Barbosense Ltda., sendo que o dinheiro vinha sempre quatro a cinco dias após o município haver feito o pagamento retro mencionado, cujos depósitos eram feitos na Agência Bamerindus ou Banestado desta cidade, sendo que o declarante é que efetuava os depósitos. 3) Que, quanto aos serviços de pavimentação asfáltica que foram efetuados pela firma Altair Afonso, cujo titular era conhecido como MANINHO, e sabe a seguinte mecânica. a) cada parcela de pagamento que o município efetuava à firma construtora do asfalto na cidade, esta devolvia em moeda corrente ao Sr. Odílio Balbinotti, Prefeito do município, a importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), cujo dinheiro vinha embrulhado em papel de jornal e posteriormente o Sr. Odílio Balbinotti, determinava ao declarante que depositasse na conta corrente da Cerealista Barbosense Ltda., e outras vezes esse dinheiro era usado pela firma Cerealista Barbosense Ltda., para efetuar pagamentos de seus compromissos particulares. Esclarece ainda que a firma "TERPAVE" que está efetuando atualmente o asfalto na cidade, está usando com o Sr. Prefeito Municipal a mesma mecânica usada pela primeira firma de asfalto de Altair Afonso; que tem conhecimento de que isto vinha ocorrendo até a época que foi gerente da firma Cerealista Barbosense Ltda. 4) Que, a safra de feijão de 1977 e 1978, época em que era Gerente da mencionada firma, a mesma Cerealista, comprava o feijão sem nota fiscal, e depositava em nome das seguintes pessoas na COPASA, entreposto desta cidade: Odílio Balbinotti, Guido Domingos Balbinotti, Roberto Meira, Hélio Meira, Sebastião Felix da Silva, Sérgio de Narde, José Morigi e Pedro Paulo Morigi, Aniceto Garcia, Antônio Garcia Blesa e José Maria Garcia Blesa, e que, após depositada a mercadoria na COPASA em nome das pessoas citadas, saíam os pagamentos da seguinte forma: O Banco do Brasil S/A., Agência de Campo Mourão, neste Estado, liberava o numerário em nome dos depositários acima referidos, e, estes transferiam para o Bamerindus e Banestado, Agências desta cidade, em seus nomes ou em nome direto da Cerealista Barbosense Ltda., quando não era feita a transferência direta para a Cerealista, as pessoas acima transferiam o que receberam do Banco do Brasil S/A., através de cheques assinados por eles próprios em favor da Cerealista Barbosense Ltda., sendo que muitas vezes o valor dessas transferências foram feitas para a conta do declarante e outras vezes para a de Ademar Kopsel, sendo que era feito por determinação do Sr. Odílio Balbinotti; que a safra de 1977 foi entregue ao Banco do Brasil S/A., e a safra de 1978, foi vendida à Cerealista Santa Rosa de Maringá, sendo que a mesma efetuou a liberação junto ao Banco do Brasil S/A., e o lucro ela pagou por fora para a Cerealista Barbosense Ltda. 5) Que, tem conhecimento que até a data que foi denunciado na Câmara Municipal, o Sr. Odílio Balbinotti e Guido Domingos Balbinotti, são ou eram proprietários do Posto Santa Rita e Modelo, e que os veículos de propriedade particular da Cerealista Barbosense Ltda., (pequenos), Volkswagen Brasília, eram abastecidos em nome do Município, isto é, como se fossem veículos de propriedade do município. 6) Que, tem conhecimento que o veículo placa núme-

ro EB-1111 deste município, foi reformado na CIMAUTO em Campo Mourão, neste Estado e foi pago com dinheiro do município, segundo declarações do Sr. Odílio Balbinotti, feita em sua casa quando jantavam. 7) Que tem conhecimento de como se deu outras irregularidades na administração municipal, porém, reserva-se o direito de prestá-las em Juízo, quando para tal for convidado a comparecer. Apresentou-me o bilhete de distribuição n.º 860, expedido em esta data, pelo Distribuidor Público desta Comarca. E, de como assim disse, do que dou fé, lavrei esta escritura de declaração pública, a mim distribuída, da qual, feita e lhes sendo lida na presença das testemunhas, achou conforme, assina juntamente com as testemunhas presentes Srs. José Colecta da Fonseca, José Bispo da Silva, do comércio e Ovídio Pinto Barbosa, lavrador, todos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade. Custas: Cr\$... 163,00. Eu, Amaro Gomes Monteiro, Tabelião, a escrevi. Barbosa Ferraz, 04 de julho de 1.980. (a.a) Luiz Paiola-José Colecta da Fonseca-José Bispo da Silva-Ovídio Pinto Barbosa-Amaro Gomes Monteiro. Nada mais constava. Traslada na mesma data. Confere com o original. Eu, Amaro Gomes Monteiro, Tabelião, a datilografei, conferi, dou fé, subscrevo, dato e assino em público e raso.—

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos preocupa e defendemos intransigentemente, é que as eleições municipais sejam realizadas em 1980, como estão marcadas, e que fatos como este não continuem ocorrendo neste Paraná e nesta Nação, Sr. Presidente, porque não é possível que, cidadãos que foram eleitos por um mandato de quatro anos, tenham o seu mandato prorrogado por mais dois anos, e continuem a cometer barbaridades como esta que aqui apresentamos, e que, ocupamos a tribuna, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa, e relembramos que, quando ocupamos a Tribuna, a 23 de outubro de 1979, não falávamos bobagens mas, falávamos escorados em documento que tínhamos, em processo que corre naquela Comarca.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos. Vossa Excelência traz à Casa, um fato que o Paraná realmente precisa saber, o povo do Paraná precisa saber. Fatos como esse que Vossa Excelência traz à Casa, têm ocorrido em muitos municípios do Paraná. Municípios do Paraná, que os Prefeitos não só têm praticado fatos e atos lesivos ao patrimônio público municipal, mas também, exercido uma administração opressiva e desumana contra o povo. Com essa flexibilidade que encontra nas leis para legislar, inclusive o Prefeito Municipal, e exorbitar até das suas funções e do seu poder, vem impondo situações até vexatórias ao povo.

Estava para fazer um pronunciamento inclusive aqui, para denunciar Prefeitos, que vêm escorçando o povo do município e até, adquirindo bens de uma forma acintosa e além do mais, aplicando o dinheiro público em negócios estranhos aos objetivos da sua arrecadação, como existe no Município de Palmeiras, onde o Prefeito aplica o dinheiro no "open market", sem autorização legislativa e adquire ainda um Galaxie, nesta época em que se faz economia de combustível e leva o asfalto para os bairros mais pobres da cidade, impondo uma obrigação tributária, uma obrigação com a famosa taxa de melhoria em quantia mensal superior até duas vezes o que o contribuinte ganha por mês, criando uma situação de desespero.

Os jornais ainda há pouco denunciavam fatos semelhantes com o Município de São José dos Pinhais. Ora, e é por isso que Vossa Excelência disse muito bem - nós precisamos e é imperioso que saiam essas eleições em 1980, para que Prefeitos como esses não voltem mais. Mas, era preciso que existisse essa eleição de 1980 para muda: Prefeitos desse tipo, que não merecem estar no cargo; todavia, é preciso também, que se faça eleição até para Presidente da República. Porque é esse processo de

investidura no cargo de Presidente da República a começar por aí, que está gerando essa onda de corrupção em todos os setores da administração pública, porque a corrupção começa lá em cima, ao que todos denunciam. E o próprio Presidente da República, inclusive através de decreto, procura limitar, como anunciaram os jornais, em cento e vinte e três mil cruzeiros o maior vencimento, que não poderá ser maior do que o de Chefe do Poder Executivo.

Mas, veja Vossa Excelência e agora vou citar, dessa Revolução para cá, o que aconteceu. Quando depuseram Jango Goulart do cargo, ele ganhava aproximadamente Cr\$ 2.200.00 entre fixo e mais ajuda de custo, naquela época, segundo eu tive conhecimento. Ele mesmo, num pronunciamento disse que se surpreendia com vencimentos que eram até duas ou três vezes maiores do que o do próprio Presidente da República, inclusive de Embaixadas, onde os seus funcionários recebiam os vencimentos em dólar. Agora, o Governo da Revolução deu uma solução para o problema, para que o Presidente da República não ganhasse menos do que esses funcionários. Deu uma solução. elevou de imediato já do primeiro Presidente da Revolução, Castelo Branco, o seu vencimento para Cr\$... 12.000,00.

Aí ele superou os vencimentos daqueles que ganhavam mais, então ganhavam mais do que o Presidente da República. E já o Presidente seguinte, aliás esse mesmo Presidente, já passou logo em seguida, um ou dois anos após, a ganhar Cr\$ 30.000.00 por mês.

Quer dizer então, eles dão essas soluções para os problemas demagogicamente, como deu agora o Presidente da República. Porque isso é mais uma demagogia, em cima de tantas outras demagogias, para dizer que está procurando resolver os problemas e moralizar a administração pública. Mas na verdade, isto o que Vossa Excelência está denunciando aí é fruto de um Governo, de um sistema que nós temos. Governo que se implantou na corrupção, na mentira, na farsa, em 1964 neste País.

Porque quantos anos passou a Oposição sem poder denunciar corrupção, porque se denunciasse ia para a cadeia? Hoje eles consentem ainda que denunciemos a corrupção. E eles confundem na sua mediocridade de democracia como Vossa Excelência está na tribuna para denunciar fatos como esse. Como se democracia fosse apenas isso, Vossa Excelência vir aqui na tribuna denunciar fatos como este. Isto é uma interpretação bitolada.

Então, cumprimento Vossa Excelência, Deputado Darcy Deitos, e é preciso que denunciemos os fatos para que o povo fique sabendo. E mostremos ao Paraná e ao Brasil porque o PMDB quer eleições em 1.980.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DIETOS — Agradeço o seu aparte, eminente

Deputado Lineu Turra, e o incorporo ao meu modesto pronunciamento. Mas o que ocorre no Município de Barbosa Ferraz, Deputado Lineu Turra, é de estarrecer. E as denúncias que aqui fazemos, que aqui fizemos, embasadas em documentos aos quais constam da denúncia fornecida pelo Ministério Público e aceita pelo Juízo local, não é fato novo. E os Agentes do Governo, e o próprio Governo não pode ignorar. Na verdade, o Governo e os representantes do mesmo naquela região, vêm avalizando a má conduta do Sr. Prefeito Municipal, Odílio Balbinotti, além de contestarem as nossas acusações, as quais estão sendo provadas ainda procuram esconder os lamentáveis fatos. Talvez por esta razão fique provado que a proteção aos correligionários está para alguns políticos acima de interesses da coletividade.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Darcy Deitos, a denúncia que Vossa Excelência faz é uma denúncia que, se verdadeira é de se preocupar, principalmente aqueles que representam aquela região.

E não me surpreende que Vossa Excelência traga essa denúncia hoje, porque tão logo se toma conhecimento de um documento como esse, em que está correndo um inquérito naquela Comarca, e que deverá chegar a um resultado, era preciso que Vossa Excelência trouxesse, o quanto antes para que não tivesse o dissabor de, no desfecho final, tomar conhecimento de que não é a realidade o que consta nesta denúncia que Vossa Excelência faz.

Porque se é crime, se administrar bem o município, se transformar um município hoje numa administração digna e honrada for crime, o Prefeito de Barbosa Ferraz poderá ser considerado um criminoso.

Recebeu esse Prefeito o município, que logo em sua entrada havia lá um rio separando a cidade e que hoje foi feita a sua drenagem; foi pavimentada quase toda a cidade; os distritos recebendo uma assistência e telefones. O serviço de abastecimento de água que lá está sendo executado; a sede da sua Prefeitura. Os recursos que lá têm chegado, têm sido multiplicados pela boa administração do Prefeito. E prova da sua boa administração porque cada vez que o Prefeito participa de uma campanha política, a votação é sempre triplicada, somando todos os demais candidatos que lá receberam votos. Recebi naquele município, 4.300 votos; somando todas as votações, não chega a cinquenta por cento da minha votação. Agora há pouco tempo mesmo, quando precisava modificar uma péssima administração no Sindicato daquele município, manobrado por um Vereador que fazia oposição ao Prefeito, foi dado o resultado, foi mudado completamente a Diretoria. E esta pessoa que fez a denúncia sabe muito bem Vossa Excelência, que é uma briga comercial; uma pessoa que trabalhava no armazém particular de Odílio Balbinotti e que saindo do seu armazém e tentando fazer concorrência na sua cerealista, não encontrou êxito. Resolveu então procurar desmoralizar o Prefeito. Mas isso será provado, nobre Deputado. E eu virei a esta tribuna, não me surpreende, eu conheço muito bem a situação porque lá passei. E tenho ido constantemente. Fui ouvir todos os vereadores. Inclusive alguns da Oposição. Ouvi várias pessoas da cidade e queremos vir a esta Casa, trazer o resultado final daquilo que se apurou. Porque o recurso que lá tem ido, tem sido muito bem aplicado. A Administração é uma das melhores que Barbosa Ferraz tem. Embora os Prefeitos anteriores tenham feito excelente administração, digna e honrada que todos por lá passam podem perceber a mudança daquele município.

A TERPAVE, conheço muito bem esta firma empreiteira, que já construiu em São João do Ivaí; construiu no meu município, e que não é de fazer os achegos para levar vantagem. Ela pegou um contrato depois de uma concorrência e de um recurso pleiteado no Banco Nacional de Habitação. E que esse dinheiro vem e é repassado à empreiteira. E que não há nenhuma irregularidade da administração. E faço com a cabeça erguida, certo de que estou fazendo justiça, defendendo um Prefeito digno e honrado. E haverei de voltar a esta tribuna tão logo tenha o final do resultado do inquérito que corre por aquela comarca.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Deputado Gilberto Carvalho, tenho a dizer a Vossa Excelência o seguinte: que em nenhum momento eu disse desta tribuna em todos os pronunciamentos que aqui já fiz, falei alguma coisa em contestação à administração do Sr. Odílio Balbinotti. Ocupei sim, para denunciar irregularidades praticadas lá no município. E pelo que observo de Vossa Excelência, Vossa Excelência, gostaria de fazer a seguinte pergunta: Vossa Excelência, avalisa as irregularidades que aqui estou denunciando?

O Sr. Gilberto Carvalho — Estou afirmando a Vossa Excelência, Deputado que essa denúncia foi feita por uma pessoa que

tem uma briga comercial com o Prefeito e que está correndo um inquérito naquela comarca. E tão logo tenha o resultado, se o Prefeito ...

O SR. DARCY DEITOS — Mas é uma denúncia pública. Que não foi feita por nenhum imbecil. Um homem que foi no cartório e mandou registrar as suas declarações.

O Sr. Gilberto Carvalho — Qualquer pessoa pode ir no Cartório e registrar uma denúncia. E nós vamos provar o contrário com o resultado.

O SR. DARCY DEITOS — Gostaríamos para tranquilidade dos municípios de Barbosa Ferraz.

Queria dizer a Vossa Excelência também, que politicamente o PMDB, lá em Barbosa Ferraz tem sete vereadores e há um indefinido. Como Vossa Excelência bem sabe. Vossa Excelência veja que a maioria é do partido de Vossa Excelência.

Agora a denúncia que aqui faço, esta Casa e o Paraná jamais poderiam deixar de tomar conhecimento. Porque é por isso que nós brigamos pelas realizações das eleições de 1.980.

Não entramos no mérito, eminente Deputado Gilberto Carvalho, como Vossa Excelência entrou, num pronunciamento anterior que aqui fizemos, de que mandato por dois anos não poderia ser. É por isso que dispufo mandato até por trinta dias,

e acho que o povo vota numa eleição, nem que seja por trinta dias. O povo quer votar ...

O Sr. Gilberto Carvalho — O povo sabe escolher e tem o governo que merece. Em Barbosa Ferraz, o povo está satisfeito com aquela administração, como estão todos na região do Vale do Ivaí, os prefeitos ...

O SR. DARCY DEITOS — Em 1976 eles escolheram. Hoje estamos em 1980 e teriam que ser trocados agora. Agora o povo brasileiro não tem o governo que merece porque não votou nele, não votou para Presidente e nem para Governo de Estado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, sabe Vossa Excelência que é praticamente impossível a realização de eleição em 15 de novembro, todos nós sabemos disso ...

O SR. DARCY DEITOS — Esse Governo tem mais medo de voto do que o diabo da cruz, eminente Deputado Gilberto.

O Sr. Gilberto Carvalho — Está aí a filiação partidária, vamos organizar os diretórios já em todos os municípios paranaenses, e eu não sei, mas sempre ganhamos as eleições. Vai muito mal, mas sempre estamos levando vantagem.

O Sr. Deni Schwart — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para discordar. Acho que o Governo não tem tanto medo do voto assim como o diabo da cruz. O Governo tem medo mesmo é do debate público. Ele não quer ver em quatro mil municípios brasileiros, quatro mil vezes trinta vereadores, em média, vezes três ou quatro candidatos a Prefeito, outro tanto a Vice-Prefeito, discutindo política. O que o Governo tem medo mesmo é do povo.

O voto ele faz, ele fabrica, ele compra, ele filia, ele pressiona. Tudo bem. Mas, eminente Deputado, eu pedi um aparte para lembrar uma figura do passado, mas nunca tão atual: Maquiavel. Se Maquiavel fosse vivo hoje, ele estaria rindo das suas previsões. Porque Maquiavel no seu livro "Discourse" afirmava o seguinte, em outras palavras: "que a corrupção é diretamente proporcional ao número de anos que a ditadura que aí está, e damos vivas ao íntegro Presidente Castelo Branco, o mesmo homem que pôs Roberto Campos lá e abriu as fronteiras do Brasil ao capital internacional que está nos escravizando. Mas era um homem íntegro. Realmente era um homem, ele, carrancudo e honesto pessoalmente. Não contestamos. Desonesto para com a Pátria.

Depois veio o segundo Ditador, Costa e Silva. Deste, todo

mundo sabe, e até hoje, sua mulher disputa, em juízo, uma segunda pensão para acumulá-la com a pensão que tem do seu falecido esposo, General. E todo mundo sabe de sua vida.

Vem o terceiro. Deste, pouco ficamos sabendo porque, como um bom ditador, fechou tudo.

Veio outro, mais carrancudo, General Geisel. O homem que recebeu mordomias antes de ser Presidente. Continuou com as mordomias de Presidente, e que cometeu um verdadeiro crime para com a Nação ao hoje ser presidente de uma empresa ligada a multinacionais, empresa essa que ele não poderia lá estar. Continua ganhando como General aposentado no Supremo Tribunal Militar, ganhando como ex-Presidente e como Presidente da NORKISA. Obviamente a NORKISA que ele protegeu, como Presidenteda República.

E, finalmente, veio o João...

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Esta Presidência interrompe o aparte de Vossa Excelência para advertir ao orador que está na tribuna, que expirou seu tempo, e lhe dá mais um minuto para encerrar.

Porém, consulta...

O SR. LINEU TURRA — Cinco minutos do horário da Liderança, poderá fazer uso o orador que está na tribuna, e dez minutos restantes para o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — Então, com a palavra Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Continua com o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Finalmente, veio o Presidente João Figueiredo.

E aí está a sua incapacidade, sua incompetência ao combater, sequer as mordomias. Ele está admitindo isso, porque, em janeiro, às 10:00 horas da manhã, fazia um pronunciamento, empolgando o Brasil inteiro, em cadeia nacional, para estabelecer limites sobre as mordomias, e as mordomias continuam.

Obviamente, nem Castelo Branco, nem Costa e Silva, nem Médici, nem Geisel, e menos ainda, João Figueiredo, são pessoas desonestas.

Por isso, a leitura de Maquiavel é muito oportuna. É a ditadura que é desonesta, ao não permitir a sua fiscalização.

Repito: nunca um autor do passado foi tão atual como Maquiavel. A corrupção é diretamente proporcional ao número de anos que uma ditadura. Assim como se prova - e olhamos o Cone Sul - que a inflação é diretamente proporcional ao autoritarismo vigente no País. A maior inflação é do Chile; a segunda maior é da Argentina, e assim vamos descendo e vamos chegar aos países mais democráticos com uma inflação quase a zero.

Por isso, o grave problema é que hoje, a corrupção já está integrada nas administrações públicas. E não quero dizer que sejam administrações públicas do Partido do Governo. É um vício que se instalou no Brasil.

O nobre Deputado Lineu Turra dizia que, em seu município, o Prefeito comprou um Gálexie. No Município de Francisco Beltrão - não acho que isso seja acusação - achou por bem substituir seu Opala por um Dodge Dart. É de se perguntar: de que adianta o Governador Ney Braga dar o exemplo, andando de Chevette tocado à álcool, aqui na cidade, se seus subalternos, seus secretários não abandonaram seus Gálexies?

Se aqueles que os mandantes nomearam para o Tribunal de Contas não abandonaram seus carrões? E aí por diante.

Tudo isso inclusive, é possível ou não, está "sub judice" e não quero entrar no mérito; corrupção de qualquer um desses prefeitos tem uma razão maior: são as consequências desse regime que não tem o aval do povo.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o seu aparte, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Vossa Excelência disse muito bem, o tamanho da corrupção está ligado ao tempo da ditadura. E direi que é como o bicheiro, aquele que banca o jogo do bicho, que quando mais

passa o tempo, mais dinheiro ele tem que dispendar para continuar bancando o jogo.

A ligação é a mesma.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo o seguinte:

E aqui temos que parar para pensar os porquês de tantos reclamos em favor das eleições municipais, que são a forma de controle e fiscalização dos atos daqueles que exercem o Poder Executivo neste País.

É a alternância do poder, a forma mais legítima e necessária do aperfeiçoamento democrático, e as eleições são o instrumento legal do povo julgar seus algozes, que tiram do povo a sua já deteriorada economia para se locupletarem e enriquecerem ilicitamente.

Urge, portanto, que todos nós, democratas, conscientes, levantemos nossas vozes para falar em nome do povo brasileiro que necessita de eleições municipais, para que se renovem os quadros políticos deste País e se extirpem os cânceros que estão aí a matar o povo brasileiro, com raras e honrosas exceções.

Era só, Sr. Presidente. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) No restante do horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna no horário da Liderança para, em nome dela, manifestar a preocupação da bancada do PMDB do Estado do Paraná, ante os noticiários que mais uma vez proliferam quanto ao mistério do duplo suicídio de argentinos na fronteira Brasil - Argentina, na região de Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu.

Os jornais continuam noticiando que, continua envolto em mistério o caso do casal argentino que se suicidou domingo, depois de desembarcar em Puerto Iguazu, procedentes do lado brasileiro, para o Comando do Exército Argentino, ambos eram guerrilheiros do Grupo Montoneros, e se suicidaram ingerindo uma forte dose, uma cápsula com substância venenosa. O fato, estranhável sob todos os aspectos, traz ainda o agravante de que o próprio cobrador da balsa que conduzia os argentinos, dizia que, entre os passageiros que embarcaram junto com o casal, estavam dois homens que se identificaram como policiais argentinos, como que procurando, com isso, obter dispensa do pagamento da taxa de transporte.

Depois do incidente, quando houve o duplo suicídio, ambos não foram mais avistados.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se não bastassem os incidentes que se somam no Brasil com referência à intimidação da imprensa alternativa com a censura violenta, com a explosão de bancas de revistas e jornais, como se não bastasse até agora o obscuro encaminhamento do famoso seqüestro de Lilian Celiberti e Nevercindo Dias no Rio Grande do Sul, quando o casal uruguaio, com a colaboração expressa e decidida das forças de repressão deste País conduziram Lilian e Nevercindo ao País de origem para lá responderem, como se encontram, na prisão, os seus possíveis atos de subversão.

Mas, não param aí os diversos fatos que vêm indignar toda a América Latina, e a consciência nacional, quando também sumiu, há poucos dias, visitando o Brasil, quando da presença de Sua Santidade o Papa João Paulo II, também sumiu um padre argentino e até agora ignora-se a sua passagem em Porto Alegre. Até agora permanece também questionada a presença em nosso País, e o desaparecimento de um jornalista argentino no Rio de Janeiro.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dia 19 deste mês, estará visitando o nosso País o Presidente - também imposto num golpe militar - da Argentina, Jorge Rafael Videla. Esta hora, quando estarecida a opinião pública deste País assistiu o triste episódio da aprovação, por decurso de prazo, do Estatuto do Estrangeiro, quando esses fatos saltam aos olhos, não temos

dúvidas de que há de se responsabilizar aqui e agora, as forças de repressão existentes também no Brasil, que estão omissas, negligentes, quando não, participantes por estes atos que ferem, como eu disse, não só a dignidade deste País, como de toda a América Latina, ferida, inclusive, ferindo diversos princípios de Tratados assinados pelo Brasil junto à ONU e à OEA.

O que dizer, Sr. Presidente Srs. Deputados, quando nós, que acabamos de vir da região e ficamos sabendo de um casal argentino que, diante e com certeza, da expectativa negativa da aprovação do Estatuto do Estrangeiro, procurava voltar à Argentina, seguidos "pari passu" por dois policiais argentinos desde o território brasileiro quando pegaram a embarcação no Puerto Iguazu, chegando do outro lado, havendo ameaça de prisão ou perseguição por parte de membros da Marinha do vizinho País, não tiveram outra saída a não ser o suicídio duplo, ingerindo substância química mortal.

E eu pergunto a esta Assembléia: Sr. Presidente, o Estado do Paraná, que tem a sua fronteira com o Paraguai e a Argentina aqui à vista, onde acontecem ocorrências como esta que a imprensa nacional explora, não vemos das autoridades deste Estado ao menos a manifestação de como se colocaram as coisas, como se posicionou a presença da polícia de nosso Estado.

Porque sabemos que os convênios existem com a Polícia Federal, como por toda a organização que possa existir nas áreas fronteiriças.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como nós estranhamos os seqüestros de Lilian Celiberti e Nevercindo Dias, quando vemos toda essa situação deprimente das mães de desaparecidos na Argentina vindo clamar, junto à presença de Sua Santidade o Papa em Porto Alegre, para que houvesse a intercessão quanto aos desaparecidos daquele País.

Quando vemos essas próprias mães, uma campanha internacional para que recebam o Prêmio Nobel da Paz, como quando assistimos todos esses episódios e também aqui agora, acontecendo junto à nossa fronteira, é preciso que, desta tribuna, possamos levantar a voz em nome do Partido da Oposição, PMDB, para que nossas autoridades também sejam chamadas à responsabilidade, e que eles possam interceder junto aos escalões superiores deste País.

Porque é inadmissível, este Estado que tem recebido imigrantes de todos os lados e de todas as etnias, e que este País há recém saído do obscurantismo de dezesseis anos, quando milhares de brasileiros foram recebidos de braços abertos por outros povos, demonstrando acima de tudo, uma solidariedade humana mas, além dessa solidariedade, o respeito à dignidade das pessoas.

Não podemos nós, brasileiros, quando podemos face à força popular organizada e que conseguiu esse orifício desta abertura, não podemos nos calar. E devemos por obrigação e responsabilidade, repetir aqui esta solidariedade.

Por isso, Sr. Presidente, deixamos claro neste dia e nesta tribuna, de que nosso Partido voltará ao assunto. Esse duplo suicídio na fronteira brasileira com a Argentina, cabe parte da responsabilidade às nossas autoridades, até que o assunto seja devidamente esclarecido.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Ainda durante o horário das lideranças, esta Presidência consulta a Liderança do PP, se faz uso do horário.

Tendo declinado, consultamos a liderança do PTB. Tendo declinado, consultamos o PDS.

Com palavra, o ilustre Líder da Bancada do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, tão somente para contestar algumas afirmações do nobre Deputado Nestor Baptista, quando ele afir-

mou, há dias, através de um órgão da imprensa desta Capital, "Que o Paraná está deixando de arrecadar aproximadamente 500 mil cruzeiros mensais do Imposto de Circulação de Mercadorias, em consequência de determinação do CONTRAN, que prejudicou as empresas retificadoras de motores automobilísticos do nosso Estado, que vinham fazendo a conversão dos mesmos, da gasolina para diesel".

Afirmou também: "Que foi baixada uma nova regulamentação arbitrária que modifica a categoria dos carros F-100, C-10, D-15, da Ford, da Chevrolet, de mil e mil e quinhentos, para 650 e 700 quilos. Constituinte-se tal medida em manobra burocrática, destinada a estimular uma reserva arbitrária no mercado para empresas produtoras interessadas em garantir a venda de carros novos à diesel ou à álcool."

Declarou ainda: "Que essa providência implica na desativação das empresas retificadoras paranaenses, reduzindo o mercado de trabalho em centenas de empregos".

Bem, a nova regulamentação a que alude o nobre Deputado Nestor Baptista, como arbitrária, é a Resolução 557/80, de 06 de fevereiro de 1980, emitida pelo Conselho Nacional de Trânsito. E esta não é arbitrária, como não modifica nem poderia modificar, a categoria de carros produzidos pelas fábricas, de acordo com especificações técnicas rigorosas.

A resolução em apreço, proíbe a circulação de veículo automotor alimentado por gás liquefeito de petróleo (exceção feita às empilhadeiras) e do veículo cujo motor original à gasolina tenha sido substituído por motor à óleo diesel.

E ao mesmo tempo, excetua da proibição: os veículos de transporte coletivo com lotação superior a quinze passageiros.

Os veículos de carga, ou mistos, com capacidade de carga útil acima de mil quilos, e os veículos que tenham substituído o motor original à gasolina por diesel, até 30 de dezembro de 1976.

E os veículos mencionados pelo nobre Deputado Nestor Baptista, de acordo com a ficha técnica fornecida pelas revendedoras autorizadas e que tenho aqui em mãos, possuem a seguinte capacidade de carga: Ford F-100, 660 kg; Chevrolet C-10, 545 kg; C-15, 750 kg; e o Dodge D-100, 709 kg.

Então, como se vê, os veículos constantes da denúncia do nobre Deputado Nestor Baptista, a quem respeitamos e estimamos muito, possuem capacidade de carga muito abaixo do parâmetro instituído na Resolução do CONTRAN.

Nestas condições, o Paraná não está deixando de arrecadar aproximadamente 500 mil cruzeiros mensais de ICM, portanto nunca arrecadou de uma fonte que não existiu.

O mesmo se aplica também para a liberação de mão-de-obra e desativação das empresas especializadas, que não estando aplicadas em determinada atividade, nada perderam. Há uma grande diferença entre perder alguma coisa ou deixar de conseguir essa mesma coisa.

Portanto, com a devida vênia, com o respeito, a amizade e a consideração que tenho pelo jovem Deputado, não tem procedência a denúncia.

Apenas eram esses esclarecimentos que eu queria prestar, porque a notícia, da forma como foi veiculada pela imprensa, dava a entender que o DETRAN, por determinação do Governo do Estado, teria tomado uma medida arbitrária que estaria lesando os cofres públicos, lesando não é propriamente o termo, mas estaria deixando, evitando que os cofres públicos arrecadassem mais ou menos 500 mil cruzeiros mensais.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, é para agradecer os votos de pronto restabelecimento enunciados de sua tribuna pelo nobre Deputado Lineu Turra ao Governador Ney Braga, e quero dizer a Sua Excelência, com todo o respeito que me merece o nobre Deputado, pela amizade que nutrimos, que ele está vendo fantasmas, em dizer que existem grupos do PDS pressionando o Governador Hosken de Novaes para possivelmente

tumultuar a vida administrativa do Estado e provocar a sua renúncia. Pelo menos isso foi o que se fez sentir nas entrelinhas.

Daí nós nos detemos em analisar as palavras do nobre Deputado em dois aspectos: primeiro, pela inexistência desses grupos, ou de qualquer força antagônica ao atual Governador. Não só o nosso Partido, mas acho que todo o Paraná está unido no sentido de que, primeiro, pelo pronto restabelecimento do Governador Ney Braga, e em segundo lugar, para que o atual Governador tenha êxito na sua missão. Porque todos nós queremos, todos os políticos e aí incluo a Oposição, desejamos que o Governador tenha sucesso, deixando fora os interesses políticos.

E em segundo lugar o nobre Deputado Lineu Turra, talvez desconheça a elevação moral, a cultura, a postura extraordinária do Governador Hosken de Novaes. Em toda a sua vida pública, ele sempre demonstrou possuir acima de tudo, altivez de caráter. Um homem que jamais se submeteria a pressões, partissem de onde partissem essas pressões. Ele está cômico de seus deveres, suas responsabilidades, do preceito regimental que o obrigou a assumir as funções de Governo do Estado. E cômico de suas responsabilidades ele saberá cumprir as suas obrigações, com a mesma decência, com a mesma integridade moral com que ele sempre se houve na vida pública do Paraná. Portanto, não procedem os rumores, as "fofocas", como diria a minha Tia Tivica. Não procedem, absolutamente, não procedem.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Nestor Baptista. O Sr. Nestor Baptista — Nobre Deputado Erondy Silvério, eu não sou nenhum técnico em motor, nem em conversão nem em troca de motores. E por isso mesmo, para que pudesse...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas Vossa Excelência é um moço inteligente. Que aborda com eficiência todos os assuntos.

O Sr. Nestor Baptista — ... mas baseei-me em dados oferecidos pela Associação de Retífica de Motores do Paraná, a REMOPAR. E após encontros, também com diretores de diversas retíficas de motores do Estado do Paraná, que trouxeram os dados aqui apresentados e destacados também pela imprensa. A troca de motor já vinha sendo realizada há algum tempo. De motor movido à gasolina, para motor movido à diesel. Como também a conversão de gasolina para álcool, já vinha ocorrendo há bastante tempo.

Esses carros também mencionados pelo nobre Deputado, as camionetas em questão, trazem seus certificados que são carros que comportam carga de um até mil e quinhentos quilos. Certificados que foram mostrados pela Associação de Retíficas de Motores do Estado do Paraná, que vinha fazendo a troca de motor movido à gasolina para motor diesel.

Acontece que houve uma determinação posterior do CONTRAN, fazendo com que o DETRAN, em consequência, cumprisse tal determinação, e os certificados que já constam, com a capacidade para mil quilos, estão sendo alterados para 650 e 750 quilos, impedindo, com isso, que esses carros que estavam tendo a troca de motor, de gasolina para diesel, deixassem de fazê-lo.

Veio daí, das diversas retíficas aqui de Curitiba, entre elas MOTORTEC, RETIPAR e MOTORAMA, que já realizaram até o mês de julho próximo passado, aproximadamente 90 dispensas de funcionários, e por que?

Porque estavam na firma, na empresa, sem ter o que fazer, dado este impedimento. E o Estado, que já vinha recolhendo ICM, porque as trocas e conversões já vinham sendo efetuadas, deixou de recolher mais de 500 mil cruzeiros neste período.

Era o que tinha a dizer ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu louvo a Vossa Excelência,

que naturalmente teve a melhor das intenções, ao encampar esta luta da Associação das Retíficas Paranaenses. Entretanto, o DETRAN do Paraná, apenas está se louvando numa determinação válida para todo o território nacional.

E a capacidade, tenho em mãos, aqui, fornecida pela FORD, pela CHEVROLET, está aqui: "capacidade de carga: 600 quilos. E da C-10, da C-15, também aqui fornecido pelas concessionárias da Chevrolet: C-10, 540 quilos; C-14, 545 e a C-15, 750 quilos. E a Dodge D-100, 709 quilos.

Então, acho que o DETRAN do Paraná está apenas cumprindo uma determinação de um órgão superior. Agora, é evidente que é um assunto que merece realmente estudos, através do Congresso Nacional.

A questão levantada por Vossa Excelência é válida, perfeitamente válida. Apenas eu trouxe este assunto à baila, porque o noticiário da imprensa fez sentir que uma medida do DETRAN estaria prejudicando as retíficas paranaenses, e impedindo que o Estado aumentasse a sua arrecadação em aproximadamente 500 mil cruzeiros mensais, o que efetivamente, não é a verdade.

Por isso, trouxe esses esclarecimentos. Mas em espírito, estou com Vossa Excelência. É necessário que realmente se atenda os anseios da população.

Vamos deixar a parte técnica para os tecnocratas, são filigranas técnicas, que não devemos levar em consideração quando se trata de atender a maioria, principalmente na difícil conjuntura que vive a Nação.

Então, há necessidade de se usar de todos os expedientes ao alcance da técnica das nossas oficinas. Todos os expedientes, porque o brasileiro sempre é pródigo em inventar nessas ocasiões para que o povo efetivamente possa fazer face a essa difícil conjuntura que vive a economia brasileira. Não só ela, mas toda a economia do Ocidente.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Líder Erondy Silvério, apenas para dizer que fico satisfeito com o que Vossa Excelência afirmou, quanto ao caráter do Dr. Hosken de Novaes.

E nós também, como paranaenses, que não desejamos que a casa caia, fazemos votos que ele tenha um bom desempenho na administração do Estado, nesta emergência.

Agora, devo dizer a Vossa Excelência que, ao fazer o enfoque, não enfatizei categoricamente que haviam grupos, mas que deixava, através dos noticiários dos jornais, transparecer que havia grupos ligados ao Sr. Governador Ney Braga, interessados, o quanto mais rápido, que ele voltasse ao Governo, isso demonstrando até, — e eu estranhava, por uma questão de sensibilidade humana, — que ao invés de se preocuparem com o restabelecimento da saúde dele, estivessem preocupados com a volta dele ao Governo do Estado.

Quer dizer, como se não estivessem confiantes no atual Governador que, nesta emergência, teria, como Vossa Excelência afirmou, constitucionalmente, que substituir o Governador.

Manifestei a minha estranheza pelas insistentes notícias dos jornais, dando estas entrevistas, e como hoje o "Estado do Paraná" mesmo diz "o Governador Ney Braga voltará brevemente".

Então, nós que ficamos preocupados com a saúde dele, em primeiro lugar, para que ele volte, acho que é o que deve preocupar, a saúde do Governador e não a volta dele, porque acho que o Estado, como Vossa Excelência afirmou, deve estar bem conduzido.

Era este o aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, especialmente o interesse demonstrado por Vossa Excelência, o que mostra o lado humano, a sensibilidade humana de Vossa Excelência. Entretanto não se pode responsabilizar nem um grupo do Partido do Governo, nem da sua bancada, e muito

menos do seu corpo direto de auxiliares por um noticiário de imprensa. A imprensa foi lá, entrevistou o Governador, e a opinião da imprensa é de que ele voltará brevemente, graças a Deus, porque realmente está em condições de saúde satisfatória.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Basílio Zanusso) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 41/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação das Secretárias do Paraná - ASSEPAR", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

O SR. LINEU TURRA - (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Basílio Zanusso) A Mesa defere. Soli-cito ao Sr. 1.º Secretário, a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 26 Srs. Deputados.

Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 44/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE IDOSOS", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 09/78, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 02/78), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MEDIANEIRA, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "João Manoel Mondrone", da sede daquele município. Parecer Favorável da C.O.P.T.C., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 28/78, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 02/78), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ADRIANÓPOLIS, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Dr. Sadok de Sá, localizado naquela comuna. Parecer Favorável da C.O.P.T.C., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 39/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 28/80), que aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, que objetiva a elaboração do Programa Integral para o Corredor de Exportação. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

O SR. RENATO BERNARDI - (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Basílio Zanusso) A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 18 Srs. Deputados.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 08, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 9ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta, após Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, com o fim específico de proceder sua instalação, bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado David Federmann, e havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, comunicando que a presente reunião destinava-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão e sua instalação. Procedida a votação, verificou-se a eleição dos Srs. Deputados Paulo Camargo e David Federmann, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Sr. Paulo Camargo agradeceu aos nobres Pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, e em breves palavras, disse do propósito em continuar, sempre, e num crescente esforço, com vistas à agilização dos trabalhos adstritos a esta Comissão, assumindo o compromisso de tudo fazer para que esta funcione nos moldes do Direito e do Regimento Interno desta Casa. Na oportunidade, foi indicado para exercer o cargo de Secretário da referida Comissão, o funcionário Lóris Cordeiro de Barros. Ficou também estabelecido que as reuniões ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar, eu, Lóris Cordeiro de Barros, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
DAVID FEDERMANN — Vice-Presidente
Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A INVESTIGAR O PROBLEMA
DO MENOR ABANDONADO E SUAS
IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Às dezessete horas do dia vinte e dois de abril de hum mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões das Comissões, registra-se a presença dos seguintes Srs. Deputados Mário Celso, Ailton Cordeiro, João Elísio, José Domingos e José Tavares, membros desta Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos. Procedendo-se a leitura das atas de sessões anteriores, são as mesmas aprovadas, sem observações. O Sr. Presidente concede a palavra ao Relator da matéria. O Deputado José Domingos tece considerações em torno das atividades desenvolvidas pela CPI, apresentando seu relatório, que conclui pela modificação urgente do quadro apurado, através de uma intervenção nos campos político, psicossocial e econômico. Em votação o relatório é aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente dá por encerrados os trabalhos da presente Comissão, informando que os resultados obtidos e constantes do "dossier" serão devidamente encaminhados. Agradece aos Srs. Deputados pelo trabalho que desenvolveram junto à Comissão, contribuindo para que ela chegasse ao seu final. Em seguida, o Sr. Presidente suspende os tra-

balhos pelo espaço de tempo de quinze minutos, a fim de possibilitar a confecção da ata. Reabertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicita à Secretária que proceda à leitura da ata, que é aprovada sem observações. Nestas condições, será pelo Sr. Presidente e por mim assinada, e em seguida publicada, para que produza os efeitos legais. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara conclusos os trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

(aa) MÁRIO CELSO — Presidente
JOÃO ELÍSIO — Vice-Presidente
JOSÉ DOMINGOS — Relator
AIRTON CORDEIRO
JOSÉ TAVARES
Myrthes Magda Gomes — Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 9ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, com o fim específico de proceder sua instalação, bem como, a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel e havendo número legal, foi declarado abertos os trabalhos. Procedida a votação, verificou-se a eleição dos Srs. Deputados Jurandir Messias e Mário Celso, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente eleito falou em seu nome e de seu Vice-Presidente, agradecendo a confiança de seus nobres Pares e ressaltou o seu propósito de conduzir este órgão técnico da Casa, dentro do regime de trabalho e dignidade legislativa e a seguir deixou livre a palavra, e como ninguém fizesse uso da mesma, o Sr. Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência. Na oportunidade indicou para secretariar a Comissão o funcionário Boanerges de Menezes Caldas. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

(aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
MÁRIO CELSO — Vice-Presidente
Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 9ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Às dezessete horas do dia quatorze de maio de hum mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados que integrarão a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, de acordo com as indicações dos Srs. Líderes das diversas bancadas e face ao estabelecido pelo Regimento Interno, em seu artigo 38: Ezequias Losso, Quielise Crisóstomo da Silva, Lázaro Dumont e José Domingos, do Partido Democrático Social; Nelton Friedrich e Trajano Bastos, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Paulo Camargo, do Partido

Popular. Assume a Presidência, na forma regimental, o Deputado Paulo Camargo, que declara instalados os trabalhos da presente Comissão, dizendo que ela se destina ainda à eleição do Presidente e Vice-Presidente. São chamados como Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Deputados Nilton Friedrich e Ezequias Losso, respectivamente. O Sr. Nilton Friedrich, fazendo uso da palavra, agradece em seu nome e no do Deputado Ezequias Losso, pela escolha de seus nomes, para desempenhar as sobreditas funções. Ficou decidido ainda, que a realização das reuniões será condicionada à existência de matéria. Para secretariar, foi ratificado o nome da Secretária da Comissão, Myrthes Magda Gomes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente

declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar, lavro a ata, que após aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Srs. Deputados e por mim, e em seguida, publicada, para que produza os efeitos legais.

(a) NELTON FRIEDRICH — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Vice-Presidente
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA
LÁZARO DUMONT
JOSÉ DOMINGOS
PAULO CAMARGO
TRAJANO BASTOS
Myrthes Magda Gomes
Secretária